

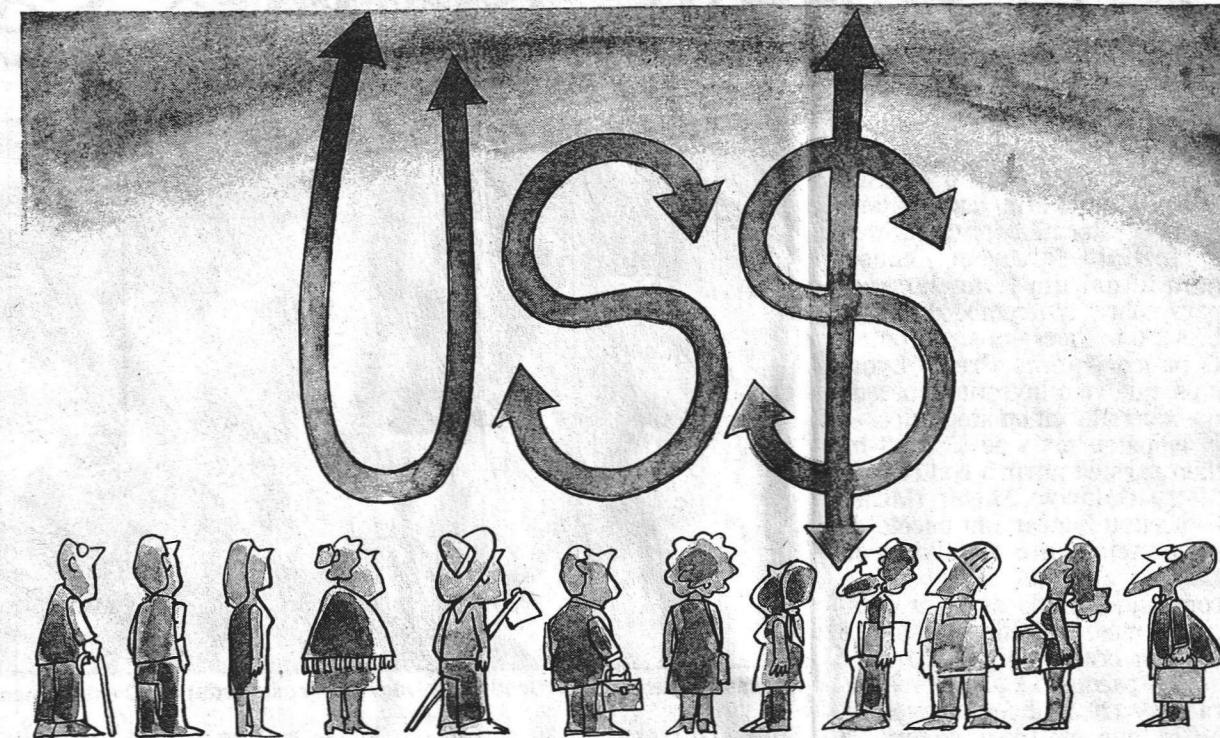
Governo recebe plano de indexação ao dólar

SERGIO LEO

BRASÍLIA — Em papel timbrado do Sistema BNDES, vem circulando por gabinetes da equipe econômica do Governo um plano para a adoção do dólar como indexador do mercado financeiro e negociação do alongamento dos prazos da dívida interna do setor público. Classificado de "exercício acadêmico" por técnicos dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, o plano foi elaborado pelos economistas Alvaro Zini, da Universidade de São Paulo, e Fábio Giambiagi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e consultor do BNDES.

Eles argumentam que, ao contrário do que pretende o Governo, não se conseguirá alongar os prazos de pagamento da dívida pública apenas com a estabilização da economia. E sem o alongamento dos prazos, permanecerá um dos maiores fatores de instabilidade econômica, segundo Giambiagi e Zini: o curtíssimo prazo da dívida, que obriga o Governo a manter uma política de altas taxas de juros, para atrair os recursos e evitar que haja um derrame de dinheiro na economia, com graves efeitos inflacionários.

De acordo com a proposta dos dois economistas, que o mercado financeiro já conhece sob o no-



me de "Plano Zini", o Governo deveria negociar uma data a partir da qual todas as aplicações financeiras em títulos públicos — inclusive o Fundo de Aplicação Financeira (Fundão) — seriam resgatadas (convertidas em cruzeiros).

Os aplicadores perderiam a opção de aplicar seu dinheiro a curto prazo e teriam como alternativa o investimento em dois tipos de títulos públicos, com pra-

zos de resgate de dez a 30 anos, ambos reajustados monetariamente de acordo com a variação do dólar, com taxas de juros equivalentes à Libor, do mercado internacional (que atualmente está em cerca de 8%), e um adicional de 2%.

Para os pequenos poupadores, como os aplicadores de caderneta de poupança com saldo até US\$ 2 mil (cerca de Cr\$ 24 mi-

lhões, pelo câmbio comercial), seria concedida a correção de acordo com a taxa de câmbio e mais 6% ao ano.

Os investidores poderiam sacar em cruzeiros ou em dólares, mas os autores do plano asseguram, entretanto, que não se trata de propor a dolarização da economia. Eles observam que, ao contrário do que aconteceu na Argentina, por exemplo, o dólar continuaria com seu uso vedado

Justiça

PESSOAS físicas vão roer muita ponta de lápis para preparar a declaração de renda do ano que vem. Além da complexidade costumeira, a obrigação de declarar todos os valores em Unidades Fiscais de Referência exigirá uma quantidade respeitável de contas e cálculos.

POR outro lado, anuncia-se como benefício para o contribuinte a volta da dedução dos gastos com educação.

POR uma questão mais de justiça do que de generosidade, a Receita deveria permitir a inclusão, no capítulo da instrução, de cursos sobre o preenchimento de declarações de renda.

como moeda em transações dentro do país.

Zini e Giambiagi advertem, porém, que suas propostas são de médio prazo — isto é, dois a três anos — e para serem adotadas somente depois de aprovado o ajuste fiscal e consolidadas reformas como o saneamento dos bancos estaduais e a concessão de maior autonomia ao Banco Central.